



ACÓRDÃO Nº 325/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11304/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Orgão:** Secretaria de Estado da Assistência Social-SEAS
- 4- **Advogados:** não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsáveis:** Sra. Regina Fernandes do Nascimento, Diretora Geral à época e Sra. Jane Mara Silva de Moraes, Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1646/2018 – MP – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 273/275).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Assistência Social-SEAS. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Prazo. Ofício. Recomendações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da **Sra.Regina Fernandes do Nascimento**, responsável pela Secretaria de Estado da Assistência Social, no curso do exercício de 2016;
- 10.2- **Aplicar Multa à Sra. Regina Fernandes do Nascimento** no valor de **R\$10.000,00** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE pelas improbidades apontadas nos itens 10, 12 e 13 do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Oficiar** o Ministério Público do Estado do Amazonas, com envio do Relatório Conclusivo 40/2018, Parecer 1646/2018, acerca da impropriedade presente no item 11 para, querendo, adotar as medidas que entender necessárias;
- 10.4- **Recomendar** à Secretaria de Estado da Assistência Social - Seas:
 - 10.4.1- A constituição de controle interno para a padronização de procedimentos técnicos que tenham por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade;
 - 10.4.2- O abastecimento regular e concomitante de informações nos sistemas de Administração Financeira Integrada – AFI



ACÓRDÃO Nº 325/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e Sistema de Gestão de Material e Patrimônio – AJURI de forma a sanar a divergência de valores nas distintas demonstrações fornecidas;

10.3.3- O registro qualitativo e quantitativo adequado das aplicações de recursos realizadas em Bens Patrimoniais ao longo do exercício, conforme preceitua os art. 94, 95, 96 e 106, inc. II, da Lei Federal nº 4.320/64.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto aeste Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral